



ANDRÉ FRANCO MONTORO  
GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERCEIRA MENSAGEM ANUAL  
À  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SÃO PAULO  
1985



## SECRETARIA DA SAÚDE

Secretário:

João Yunes

Visando propiciar meios para o prosseguimento da política de saúde planejada pelo Governo Democrático de São Paulo, contou a Secretaria, no exercício de 1984, com dotações orçamentárias substancialmente maiores que a ela anteriormente alocadas, revertendo-se, assim, a tendência acentuada no passado, consistente em destinar cada vez menores recursos ao setor da saúde pública.

Cumprе assinalar, todavia, que mesmo o aumento de 208% na despesa prevista para 1984, em relação a 1983, e os sucessivos créditos suplementares, que elevaram o orçamento do período a Cr\$ 316.359.575, em dezembro, ou seja, 64% maior que o inicial, são ainda insuficientes para fazer face à grande demanda de serviços de saúde, ocasionada não só pela deterioração das condições de vida de nossa população, mas também pela ampliação da cobertura e pela melhoria da qualidade do atendimento oferecido.

Antes de descrever as realizações específicas da Pasta no exercício em análise, torna-se importante destacar alguns eventos ocorridos, que se constituem em marcos indelévels da ação governamental e que nortearão as atividades projetadas para os próximos anos.

São eles:

— O Convênio Tripartite Estado/Prefeitura/INAMPS, assinado em fins de 1983 (27-10-83) e efetivamente implantado no decorrer do ano de 1984, inicialmente na Região Metropolitana de São Paulo e, posteriormente, em extensão, a 5 áreas do Interior do Estado (Campinas, Ribeirão Preto, Itu, Botucatu e São Roque), que importou em transferências líquidas do órgão Federal ao Estado do

valor mensal de Cr\$ 831.260 milhões até outubro a ser acrescido da metade dos gastos dos hospitais públicos colocados em regime de cogestão e de até Cr\$ 2.155.025.772 correspondentes às áreas acima, em função da produção de serviços. Por meio desse ajuste foi possível implementar-se o Programa de Ações Integradas de Saúde — AIS, pelo qual a rede pública de serviços de saúde juntamente com sua congênera municipal e os serviços próprios de INAMPS passaram a constituir o esboço inicial de uma Rede Básica de Serviços de Saúde, destinada ao atendimento médico-integral, ambulatorial e hospitalar, de parcela substancial da população paulista, inicialmente da Região Metropolitana e, a seguir, de todo o Estado. Como exemplo da importância do convênio acima mencione-se que com recursos dele provenientes, apenas na Região da Grande São Paulo foram reformados e adequados 127 Centros de Saúde, adquiridos material e instrumental médico-cirúrgico-odontológico no valor de Cr\$ 1.622.000.000, contratados 200 médicos e dotados de telefones todos os Centros de Saúde da área servida pela TELESP;

— O Projeto de Integração Estado-Município, para melhoria da assistência médico-sanitária às populações municipais, autorizado pelo Decreto n.º 21.415, de 23-9-83, facultou ao Estado estabelecer convênios com Prefeituras Municipais, reforçando sua atuação, municipalizando o atendimento e ampliando a cobertura médico-sanitária e odontológica. No exercício de 1984, o número de municípios conveniados elevou-se a 353, em contraposição a 222 em 1983. Para este Programa o Estado repassou às Prefeituras Cr\$ 2.700.000.000 que lhes permitiu reformar e ampliar 184 Centros de Saúde e contratar 537 médicos, fixando médicos residentes em todos os municípios (250) que não contavam com tais profissionais;

— O Programa Metropolitano de Saúde — PMS, instituído pelo Decreto n.º 21.862, de 29-12-83, que teve sua implantação iniciada nas 5 áreas selecionadas na Região Metropolitana de São Paulo (Itaquera, Guaianazes, Freguesia do Ó, Cotia e Mauá) a partir de 1984 e, principalmente após a assinatura do termo de financiamento, no valor de US\$ 55,5 milhões, com o Banco Mundial, ocorrida em 7-12-84, que somado a contrapartida nacional (US\$ 65,5 milhões) terá como consequência, em uma primeira fase, a construção de 99 Unidades Básicas de Saúde, a reforma de 28, a construção de

5 hospitais, com 1497 leitos, e a adaptação de 3 outros, em um investimento total de US\$ 121 milhões;

— A criação do Departamento de Recursos Humanos — DRHU, pelo Decreto n.º 22.527, de 6-8-84, além de ter atendido antiga reivindicação dos técnicos da Pasta, teve como conseqüências iniciais o aprimoramento do processamento eletrônico dos diferentes cadastros de pessoal, planejamento e execução de concursos para diversas categorias funcionais.

Tais eventos são componentes fundamentais da estratégia de transformação qualitativa e quantitativa da atuação do Estado no atendimento das necessidades em saúde da população cujos resultados serão relatados em itens especificados.

#### Ampliação da capacidade instalada e extensão de cobertura

No ano de 1984 foi concluída a construção de 67 Centros de Saúde na Região Metropolitana de São Paulo, efetivamente iniciada em agosto de 1983, financiados em cerca de 75% do seu custo por recursos orçamentários próprios e o restante por empréstimo da Caixa Econômica Federal. Destes Centros de Saúde, 22 visam a substituir outros inadequadamente instalados e 45 destinam-se a aumentar a capacidade de atendimento da rede. Estes últimos, após equipados, foram transferidos aos municípios, juntamente com recursos para seu custeio, em efetiva municipalização dos serviços de saúde. Na mesma área foram ainda reformados e adequados 127 Centros de Saúde, com recursos provenientes do Convênio INAMPS — Secretaria da Saúde de “Ações Integradas de Saúde” — AIS, e instalados 5 Centros de Prevenção de Incapacidades e 2 Centros de Reabilitação, com recursos do FINSOCIAL. No Interior do Estado foram ampliados, reformados e construídos 244 Centros de Saúde, sendo 184 com recursos provenientes do Convênio decorrente do Decreto n.º 2.145/83 e 60 do Projeto Orçamentário n.º 43.

Na área hospitalar foram parcialmente reformados os Hospitais “Emílio Ribas” (Centro Cirúrgico), “Dante Pazzanese” (Centro de Hemodinâmica), “Infantil Cândido Fontoura”, “Complexo Hospitalar do Mandaqui” (instalação de pronto-socorro, do Instituto

de Pneumologia, reforma do Hospital Infantil, início da instalação da Maternidade). O Hospital "Emílio Ribas" foi ainda dotado de moderno equipamento de radiodiagnóstico computadorizado. No Interior do Estado medidas semelhantes foram implementadas no Hospital Regional do Vale do Ribeira, Geral de Mirandópolis, "Guilherme Álvaro", de Santos e Conjunto Hospitalar de Sorocaba, no qual foi inaugurada moderna maternidade com 28 leitos, ampliado atendimento ambulatorial (que passou de 8.000 a 75.000 consultas/mês) e iniciado o atendimento de intercorrências mais complexas de hansenianos, do Hospital "Francisco Ribeiro Arantes".

Os antigos nosocômios destinados ao atendimento da hanseníase "Lauro de Souza Lima" (Bauru), "Padre Bento" (Guarulhos) e "Francisco Ribeiro Arantes" (Itu) foram transformados em Centros de Pesquisa, Ensino e Reabilitação, sem prejuízo de sua precípua função assistencial.

No atendimento à Saúde Mental foram criadas 81 equipes especializadas nos Centros de Saúde, sendo 41 no Interior e 40 na Grande São Paulo. Instalaram-se, também, 23 Ambulatórios de Saúde Mental, dos quais 16 na Região Metropolitana. Para otimizar a utilização dos leitos públicos, os Hospitais Psiquiátricos Pinel (na Região Metropolitana) e "Clemente Ferreira" (Lins) foram ampliados para atender pacientes de ambos os sexos, em fase aguda, e o Hospital "Cantídio de Moura Campos" (Botucatu) estendeu sua atuação a toda a região.

O complexo hospitalar do Juqueri, foco permanente de atenção, dada a sua peculiar situação no atendimento ao doente mental do Estado, foi objeto de especiais cuidados. Para recuperação de apenas uma parte do complexo foram destinados, no exercício, créditos suplementares no valor de Cr\$ 1 bilhão. Graças aos trabalhos de Comissão Especial e da Auditoria do Estado, foi possível introduzir-se mudanças substanciais na Administração de Pessoal, Material e Financeira. O programa de desinternação teve ainda como desdobramento a criação de Lares Abrigados (masculino para 48 pessoas e feminino 72). Por sua importância, o projeto Juqueri tem sido alvo de permanente discussão no âmbito da Secretaria.

No que se refere à rede laboratorial foram e estão sendo reformados os Laboratórios Centrais de Bioquímica do Instituto

“Adolfo Lutz” e o seu Laboratório de Vírus, bem como os regionais de Osasco, Bauru, Taubaté e Santos, instalado o de Rio Claro e concluída a nova sede do Regional de Marília.

O atendimento odontológico da população pôde ser ampliado pela instalação de 223 consultórios completos, sendo 38 para substituição de equipamentos obsoletos (16 na Grande São Paulo e 22 no Interior) e 185 para ampliação (51 na Grande São Paulo e 134 no Interior). Estão ainda sendo instalados mais 55 consultórios, para atender ao projeto “Fixação de Cirurgião-Dentista em Municípios do Interior”. Por meio do convênio Secretaria da Saúde/CETESB foi iniciada a fluoretação de águas de abastecimento em 10 sistemas que servem a 9 municípios, estando, ainda, em fase de implantação mais 5 sistemas, em igual número de municípios.

Foram ainda, inaugurados o Laboratório Central de Malária, da Superintendência de Controle de Endemias — SUCEN e a nova e moderna fábrica de medicamentos da Fundação do Remédio Popular — FURP, incluindo Biotério e Centro de Convivência Infantil, com área construída de cerca de 16.000 m<sup>2</sup>, em terreno de aproximadamente 229.000 m<sup>2</sup>, no Município de Guarulhos.

Além das modificações físicas nos próprios estaduais, foram eles equipados e dotados de material permanente, graças aos recursos orçamentários e financiamentos externos.

Visando proporcionar maior conforto e segurança aos servidores, foram implantados junto aos locais de trabalho 12 Centros de Convivência Infantil, para atendimento a seus filhos.

Para equipar os novos Centros de Saúde e reequipar as unidades já existentes estão ainda sendo utilizados recursos do Erário Estadual da ordem de Cr\$ 2 bilhões. Além desses, merecem destaque os provenientes do Protocolo Financeiro firmado entre os Governos do Brasil e da França, pelo qual a Secretaria de Estado da Saúde foi contemplada com recursos no valor de FF. 41 milhões, para compra de equipamentos médico-hospitalares e US\$ 6.367.300 para o mesmo fim, bem como o Convênio firmado em 10-5-84 pelos Governos do Brasil e da República Democrática Alemã para compra de equipamentos médico-hospitalares importados, no valor de US\$ 6.414.673,46.

Para um melhor desempenho das suas funções a frota de veículos da Pasta foi acrescentada de 171 novos veículos, dos quais 134 adquiridos com recursos do Estado (Cr\$ 981.496.050) e 36 do Programa de Ações Integradas de Saúde (Cr\$ 260.689.687). A estes devem ser acrescidos 70 veículos adquiridos pela SUCEN, com dotações próprias.

### Desenvolvimento de Recursos Humanos e Administrativos

Sendo uma das preocupações básicas da atual administração o desenvolvimento, a ampliação e os novos métodos de gerenciamento dos quadros técnicos e administrativos, procurou o Governo ordenar essas áreas, através da expedição de leis e atos executivos, dentre os quais cumpre destacar:

1. criação do Departamento de Recursos Humanos na Secretaria da Saúde (Decreto n.º 22.527 de 6-8-84);
2. autorização de descentralização da contratação de pessoal, no âmbito do AIS (Resolução n.º SS-51, de 10-8-84);
3. alteração da legislação referente a carreira de médicos e médicos-sanitaristas (Leis Complementares n.ºs 341 e 342 de 6-1-84, modificadas pelas Leis Complementares n.ºs 372 e 373 de 17-12-84); e
4. delegação de competência, em administração do pessoal (Resolução SS n.º 65 de 26-9-84).

Outra preocupação constante foi a melhoria qualitativa nos aspectos de ciência e tecnologia com a ampliação da carreira de pesquisador científico, criando-se 70 cargos na SUCEN e enquadrando-se mais 81 no Instituto Butantã.

O intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais foi incentivado, tanto na área de pesquisa quanto do desenvolvimento institucional, registrando-se a presença, a orientação e a assessoria de técnicos da Organização Mundial de Saúde, Organização Panamericana de Saúde, Instituto Pasteur e outros. Destaque especial merece a visita do Dr. Carlyle Guerra de Macedo, Diretor Geral da Organização Panamericana de Saúde, que ensejou

a oportunidade da discussão de um amplo programa de colaboração mútua.

Para a educação continuada e o treinamento permanente foram mantidos convênios com Faculdades de Medicina para operação conjunta de Centros de Saúde Escola, em número de 13, convênios com 12 Faculdades de Medicina e 1 Faculdade de Saúde Pública, para treinamento de quadros da Coordenadoria de Saúde Mental. A residência médica nos hospitais próprios da Secretaria foi reorganizada e o número de residentes aumentou de 129 em 1983 para 227 em 1984 (acréscimo de 76%). Também o programa de estagiários, em cooperação com a FUNDAP foi reformulado e o número de estagiários passou de 180 em 1983 para 255 em 1984, um aumento de 42%.

Deve ser mencionado o início da descentralização dos Cursos de Saúde Pública, com o funcionamento do Curso prefeccionado pela UNICAMP, em Campinas, que alargou o espectro de instituições que oferecem especialização na área de saúde pública e administração de serviços de saúde. Além disso, cada um dos órgãos da Secretaria promoveu treinamentos específicos em função das suas necessidades próprias.

A ampliação do campo de atuação da Secretaria e o reforço de suas atividades tradicionais obrigaram a redefinições funcionais e redesenho organizacional. Nesse sentido, a instituição, em 1984, da mesma maneira que em 1983, foi sede permanente de discussões técnicas e políticas, que muito contribuíram para definir as novas feições que, paulatinamente, vem ela assumindo.

Entre tais eventos merece destacar a criação da Coordenadoria do Programa Metropolitano de Saúde e do Departamento de Recursos Humanos, a redefinição do Gabinete do Secretário, o desenvolvimento do Departamento Técnico Normativo, como órgão central de planejamento, dos Departamentos Regionais de Saúde como órgãos de coordenação e execução regional, das Coordenadorias, face ao Programa Metropolitano de Saúde — PMS e ao Programa de Ações Integradas de Saúde — AIS, a reciclagem das ações de Vigilância Sanitária no âmbito da Secretaria e o amplo debate dos

Institutos de Pesquisa, com relação a uma política de Ciência e Tecnologia no contexto do Estado.

#### Atendimento das necessidades de saúde da população

No que se refere ao objetivo precípua da Secretaria ou seja o atendimento médico-sanitário da população, variadas e significativas atividades foram realizadas, dentre as quais cumpre destacar, pela sua importância, as que a seguir são discriminadas.

1. No campo de saúde oral, a implantação dos novos sistemas de fluoretação de água elevou para 230 o número de municípios paulistas dotados de tal benefício. Na rede de Centros de Saúde foram prestados 375.739 atendimentos odontológicos. Foi feita padronização dos materiais permanentes e de consumo de uso especializado.

2. Com relação às doenças preveníveis por vacinação foram aplicadas 11.300.000 doses de vacina Sabin (contra a poliomielite) 3.200.000 de tríplice, 1.600.000 de sarampo, 1.030.000 de antitetânica, 1.000.000 de BCG intradérmico, 840.000 de dupla adulto e 280.000 de dupla infantil. Em consequência, os níveis de cobertura vacinal nos grupos etários mais vulneráveis mantiveram-se próximos a 100%. Vale destacar o trabalho desenvolvido nos Dias Nacionais de Vacinação contra Poliomielite quando foram vacinadas 4.290.899 crianças das quais 3.342.783 menores de 5 anos. Em consequência de tal cobertura vacinal o Estado de São Paulo, em 1984, continuou a não apresentar *nenhum* caso de poliomielite. Em julho foi feita intensificação da vacinação contra o sarampo, beneficiando 506.327 crianças, o que contribuiu para controlar o surto da doença, nessa época verificado na Região Metropolitana de São Paulo. Para a boa consecução do Programa de Vacinação foi fundamental o apoio técnico e financeiro do “Fomento de Educação Sanitária e Imunização em Massa contra Doenças Transmissíveis” — FESIMA que para isso destinou recursos da ordem de Cr\$1.335.000,00, o que representa cerca de 80% de seu orçamento.

3. As atividades de controle da raiva se estenderam por 363 municípios paulistas, quanto à vacinação canina, cobrindo cerca de 80% da população animal. Além disso, foram realizadas 66.143 consultas por agressão de animais e 35.559 imunizações.

4. No que se refere à nutrição, o Programa de Nutrição em saúde, desenvolvido em 12 municípios da Grande São Paulo e em Santos, com a distribuição de alimentos básicos tradicionais, atingiu 150.000 pessoas, ou seja, 43% da população alvo (gestantes, nutrizes e crianças até 6 anos). Foram ainda distribuídas 650 toneladas mensais de leite em pó, para 55% das crianças inscritas no Programa de Assistência à Criança. Para ampliar a cobertura alimentar, no grupo de menores de 5 anos, foi instituído o programa da distribuição do leite natural, fluído e não industrializado, que ao mesmo tempo incentiva o pequeno produtor e descentraliza a comercialização. No presente exercício, 133 municípios estão incluídos no programa, que atinge 23.137 crianças, as quais receberam 694.110 litros de leite ao mês, a custo mensal atual de Cr\$ 375 milhões.

5. Na área da assistência à criança foram realizadas 3.586.218 consultas médicas ao grupo em questão, além da assistência nutricional e vacinal já relatadas. No controle da desnutrição merecem ainda destaque especial a introdução de gráfico para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças de até 5 anos, permitindo o diagnóstico precoce da desnutrição, bem como a definição de critérios para o atendimento dos grupos de maior risco, para serem beneficiados pelo programa de suplementação alimentar.

6. Para um melhor controle das doenças diarréicas na infância foi implantado, em todo o Estado, a Terapia Reidratação Oral — TRO, técnica preconizada pelo Fundo Internacional de Assistência à Infância das Nações Unidas — UNICEF e Ministério da Saúde, graças à sua eficácia, baixo custo e facilidade de aplicação. Para isso foram realizados treinamentos em todo o Estado, atingindo todo o pessoal da área de saúde, especialmente os pediatras. Outra medida digna de registro é a articulação dos hospitais infantis da Secretaria com a rede de Centros de Saúde.

7. O programa de amparo à mulher, além do atendimento tradicional à gestante e à nutriz, que implicaram em 606.343 consultas médicas, teve grande ampliação no exercício. Foram adquiridos equipamentos que permitem a adequação de 90 consultórios e 25 centros de referência para o atendimento de ginecologia e obstetrícia e admitidos 80 ginecologistas para a rede de Centros de Saúde. Foram elaborados e apresentados ao Ministério da Saúde 7 projetos para o atendimento integral à mulher em todas as suas necessidades, inclusive da fase reprodutiva, no valor total de cerca de Cr\$ 1,2 bilhões, dos quais já foram aprovados 4. Outros projetos estão em fase final de elaboração. Na área do treinamento específico foi realizada, com a colaboração da Faculdade de Medicina da USP, a primeira "Oficina de Saúde da Mulher", para discussão e atualização dos conhecimentos sobre queixas ginecológicas. Registre-se, ainda nesta área, a elaboração e a aprovação de Norma Técnica sobre Alojamento Conjunto, de fundamental importância para o incentivo ao aleitamento materno, bem como sua adoção pelas maternidades dos hospitais da Pasta. Outras atividades dignas de menção são as articulações inter-institucionais (federais, municipais e estaduais) em determinadas áreas para equacionamento conjunto dos problemas operacionais, como v.g., os da Zona Norte, Zona Sul e Zona Leste de São Paulo e os de Campinas e Sorocaba, no Interior do Estado. Para uma mudança qualitativa do atendimento, superando a atual abordagem manipuladora e autoritária, é fundamental a conscientização da equipe de saúde. Esforços nesse sentido tem sido feitos, com a formação de grupos de sensibilização e treinamento nas unidades sanitárias que, coletivamente, rediscutem o papel do trabalhador de saúde no programa da mulher. Em 1984, tais grupos foram organizados nos Departamentos Regionais de Sorocaba, Campinas, Zona Norte e Zona Leste do Município de São Paulo, Diadema e Instituto de Saúde.

8. Na assistência médica ao adulto, em cujo grupo populacional foram realizadas 1.724.505 consultas médicas nos Centros de Saúde, várias inovações e avanços, ocorreram em 1984. Como exemplo cite-se o início das atividades de atenção primária à saúde do trabalhador, implantado experimentalmente em Cubatão e agora em extensão nas áreas de Diadema e Mauá, que tem por

objetivo prevenir riscos e identificar precocemente as conseqüências deletérias à saúde, das más condições do ambiente e do processo de trabalho, bem como os programas experimentais de atendimento cardiológico ao hipertenso, alguns já em fase de generalização na rede de serviços de saúde. A recente subordinação da Fundação de Oncologia à Secretaria abre um novo campo de ação neste campo importante da nosologia, cujas conseqüências nefastas em termos de perda precoce da vida humana são por demais conhecidas, pois constituem das primeiras causas de óbito no Estado.

9. A assistência integral à tuberculose e à hanseníase, de responsabilidade exclusiva do Estado, foi ampliada com a inauguração do Instituto de Pneumologia, parte do complexo hospitalar do Mandaqui, com a instalação de 5 Centros de Prevenção de Incapacidade e a criação de 2 Centros de Reabilitação (um no Instituto de Saúde e outro no Hospital “Padre Bento”). Para os cerca de 16 mil pacientes de tuberculose, diagnosticados no exercício, foram propiciadas cerca de 194.189 consultas médicas, além do oferecimento gratuito de toda a medicação específica necessária, bem como exames laboratoriais e radiológicos, internação e atendimento de enfermagem. De importância nesta área de atuação foram as atividades do Instituto “Clemente Ferreira” de referência e de treinamento especializado. No que se refere à hanseníase, além das 168.340 consultas realizadas e das atividades já mencionadas, cumpre destacar a realização do I Fórum de Hanseníase, quando pela primeira vez técnicos, pacientes e autoridades, durante 2 dias, discutiram juntos as questões referentes a esta doença, de tão alto significado social e médico.

10. As questões referentes à saúde ocular e ao atendimento oftalmológico mereceram tratamento especial. Foi normatizada a atuação dos Centros de Saúde, implantada e iniciada a atenção primária no Distrito Escola da Freguesia do Ó e ampliadas as atividades de treinamento de pessoal da rede escolar, para identificação precoce de problemas oculares. Foram adquiridos equipamentos para instalar 15 novos consultórios e adequar 30 outros, que funcionavam precariamente. O foco de tracoma existente em Bebedouro foi controlado e normas para o atendimento de conjuntivite hemorrágica foram estabelecidas.

11. As atividades de controle da malária, doença de Chagas e esquistossomose, sob a responsabilidade da Superintendência de Controle de Endemias — SUCEN foram continuadas e articuladas com outros órgãos, de forma a cobrir os 571 municípios do Estado. O Programa de Assistência aos Municípios no Controle de Artrópodes Nocivos foi consolidado, garantindo-se a orientação técnica necessária à solução dos problemas, visando a restringir o uso indiscriminado de inseticidas. Foram alcançados 84 municípios nesta atividade. Foi renovado 1/3 da frota, adquiriram-se equipamentos de laboratório e definiram-se recursos para a construção da nova sede da Autarquia.

12. No atendimento à saúde mental da população, tão agravada pela crise social e econômica, foram mantidas as diretrizes gerais de transformação qualitativa do atendimento, com reorganização dos hospitais próprios, maior controle dos convênios e os esforços de desinternação, desmedicalização e integração social. No que se refere a este último aspecto, menciona-se que 81 Centros de Saúde contam com algum tipo de atenção em saúde mental, por pessoal especializado, os quais foram responsáveis por 55.149 consultas médicas e 22.346 atendimentos por psicólogos. Além disso, foram instaladas unidades de atendimento psiquiátrico em hospitais gerais do Estado (Sorocaba, “Guilherme Álvaro” e “Padre Bento”). A assistência ambulatorial especializada foi realizada em 23 ambulatórios próprios (16 na Grande São Paulo e 7 no Interior) aos quais somam-se os convênios com Faculdades. Neles foram realizadas 190.845 consultas médicas, 29.873 atendimentos por psicólogos e 187.955 atendimentos básicos.

13. São dignos de menção a recuperação parcial e redefinição do Complexo Hospitalar do Juqueri, já comentadas, a tendência à diminuição da utilização dos leitos conveniados, para casos agudos, o desenvolvimento de equipes de resgate, o intenso programa de treinamento e a esboçada redução no uso de psicofármacos.

14. O aumento da capacidade resolutiva dos atuais serviços de saúde só pode se efetivar se houver o apoio laboratorial e medicamentoso adequados. O Instituto “Adolfo Lutz”, como

laboratório de saúde pública aumentou sensivelmente o número de exames subsidiários realizados, que atingiu a cifra de 2.055.398 em 1984 (estimativa), cerca de 29% mais que em 1982, excluindo-se cerca de 400.000 exames realizados pelo Laboratório Central, para assistência médica e vigilância epidemiológica. Somando-se exames e análises para os vários programas de saúde, os próprios do Instituto, os solicitados pelas indústrias, pela Secretaria da Segurança Pública e por outras entidades, chegou-se, em 1984, ao número de 2.505.495 amostras, ou seja 16% a mais que em 1983, quando as amostras somaram 2.156.702. A estas atividades acrescenta-se o intenso labor de pesquisa e de preparo de recursos humanos, expressos nas suas atividades de Laboratório Nacional de Referência para Meningites, bem como a produção de reagentes biológicos que são exportados para vários países da América Latina.

15. A oferta de soros e vacinas por parte do Instituto Butantã mostrou um aumento quanto ao segundo item. Foram, no total, produzidas 10.323.735 doses de vacina e 29.616 ampolas de soros. Entre as primeiras destacam-se a tríplice, dupla e o toxóide tetânico e entre os segundos, o antiofídico polivalente e o antitropical. Houve, em relação a 1983, um aumento de 29% na produção de vacinas e uma acentuada queda da produção de soros (menos 69%), por problemas específicos.

16. Para a ampliação da oferta de medicamentos, não apenas à Secretaria, mas ao Sistema CEME e as demais instituições públicas e privadas foi inaugurado, em março de 1984, o novo laboratório da Fundação do Remédio Popular — FURP. Graças a ele a produção estimada de medicamentos, em 1984, foi de 713.635.000 unidades, um crescimento de 19% sobre o ano anterior. Em termos financeiros este fato se traduziu por um faturamento bruto estimado de Cr\$ 38,83 bilhões. Tal produção destinou-se a Órgãos Públicos, Prefeituras, Santa Casas, Entidades Privadas e Sindicatos. O número de clientes cadastrados da FURP aumentou em 28% no exercício findo, alcançando a expressiva soma de 1461. Auspicioso fato foi a exportação de produtos FURP para o exterior, realizada pela primeira vez, no exercício, para países da América Latina: Peru, Bolívia e Chile, no total de 860.000 unidades de sais, para reidratação oral.

A linha de medicamentos foi renovada, iniciando-se a produção de amodiaquina 150mg comp., cloranfenicol 500mg inj., Dapsona 100mg comp., Penicilina G Benzatina 1.200.000 UI inj., vitaminas do complexo B sol. oral e pirazinamida comp.

Para a produção acima foi preciso aumentar o quadro de funcionários, que em 30-11-84 era de 519, com média mensal de 496 no ano dos quais 386 na área técnica e 110 na área administrativa.

Ao nível orçamentário da Secretaria, os recursos para aquisição de medicamentos sofreram um acréscimo considerável. Em agosto de 84 eles eram de Cr\$ 8,6 bilhões, representando 3,9% da dotação da Pasta, substancialmente maiores que em 1980, quando respondiam por 2,1% dos recursos do orçamento (cerca de 86% de acréscimo). A estes valores devem ser adicionadas transferências em espécie da área federal e aquisições por conta de recursos extra-orçamentários.

Tão intenso labor como o acima sumariado não poderia ter sido cumprido sem a participação dos órgãos da administração, a quem cabe parcela do êxito atingido. Merecem destaque as múltiplas atividades do Departamento de Administração, parcialmente reorganizado no exercício, com suas Divisões de Serviços Gerais, Material e Patrimônio, Finanças e Transportes.

O Departamento de Recursos Humanos, com seu esforço para implantar o processamento eletrônico de seus registros e planejar e executar concursos, em um total de 37.612 provas aplicadas, além de suas atividades de rotina, em um momento de estruturação, deve ser também mencionado.

O Centro de Informações de Saúde produziu atividades nas áreas de coleta e análise de dados, descentralização da informação, atendimento ao usuário, articulação com demais Instituições produtoras de dados em saúde, tecnologia do processamento de dados e atualização de normas técnicas.

O Departamento Técnico Normativo reformulou, no corrente exercício, sua área de obras, iniciando a criação de um Escritório de Projetos, juntamente com o Programa Metropolitano de Saúde. A coordenação da elaboração e execução orçamentária, a cargo

do DTN permitiu a feitura de uma proposta, quase integralmente aprovada nas instâncias superiores. A execução de 1984, a exemplo de 1983 alcançou um índice de realização acima de 99% do orçamento disponível, segundo avaliação preliminar. As atividades de acompanhamento de bolsas de estudo continuaram ainda, no exercício, sob responsabilidade do DTN.

O Gabinete cumpriu sua função de coordenação geral, instalando e supervisionando as secretarias executivas das Comissões Interinstitucionais de Saúde (CIS e CRIS), encarregadas do Programa de Ações Integradas de Saúde — AIS, responsáveis pela elaboração dos planos de aplicação de recursos daquele convênio.

As Assessorias de Participação e Política tiveram a responsabilidade de estimular e encaminhar a participação da população na reivindicação de suas necessidades, bem como de atender aos reclamos dos funcionários e servidores, procurando estabelecer uma atmosfera de mútua colaboração. A interligação entre a Secretaria e os órgãos de opinião pública foi redefinida com a reorganização da Assessoria de Imprensa.

